

## **PARECER Nº       , DE 2014**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2013, do Senador Pedro Taques, *que altera a redação do inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, dentre os requisitos principais considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços a serem executados por meio de contrato com a Administração Pública, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.*

**RELATOR: Senador ROBERTO REQUIÃO**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 554, de 2013, de autoria do Senador Pedro Taques, tem por finalidade incluir o atendimento das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida entre os requisitos principais considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços a serem executados por meio de contrato com a administração pública.

Ao justificar a iniciativa, o autor remete aos dispositivos constitucionais, especialmente os arts. 227, § 2º, e 244, e à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõem sobre a promoção e a garantia da acessibilidade de logradouros e edifícios públicos ou privados destinados a uso coletivo às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Conclui, então, que a garantia da acessibilidade deve ser elevada à condição de requisito principal nos projetos básicos e nos projetos executivos de obras e serviços regulados pela Lei de Licitações, ao lado de outros como a segurança, a funcionalidade e a economia, já previstos.

O PLS nº 554, de 2013, foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre ele se manifestará em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Conforme disposto nos incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições legislativas pertinentes à proteção e garantia dos direitos humanos e à proteção e integração das pessoas com deficiência, como é o caso do PLS nº 554, de 2013, ora em análise.

Tal proposição procura atender ao imperativo da acessibilidade como garantia fundamental de acesso aos serviços e espaços públicos ou privados de uso coletivo. Com efeito, se barreiras efetivas, ainda que não intencionais, obstam o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida a esses serviços e espaços, perde-se significativamente o seu caráter público, configurando-se uma efetiva exclusão.

A acessibilidade guarda estreita relação com os valores de dignidade fundamental da pessoa humana e de pluralismo social e político, tão radicalmente ligados ao Estado Democrático de Direito. Com efeito, não se pode construir uma sociedade livre, justa e solidária com barreiras efetivas ao exercício da liberdade e da cidadania de segmentos da população, como as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Basta essa simples constatação para que fique patente o mérito da matéria sob exame.

Nesse sentido, devemos somente oferecer um pequeno reparo à redação original da proposição, que, inadvertidamente, é demasiado restritiva ao mencionar somente pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Na verdade, a acessibilidade também deve ser garantida em prol das pessoas com outros tipos de deficiência, como as sensoriais, as quais ainda enfrentam obstáculos no acesso a espaços e serviços públicos ou destinados ao público. Para esse efeito, ampliando o alcance da lei, basta suprimir a palavra “física” na qualificação da deficiência, tanto na ementa da proposição quanto no dispositivo por ela inserido na Lei de Licitações.

### **III – VOTO**

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2013, com a seguinte emenda:

#### **EMENDA Nº 1– CDH**

Suprima-se da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2013, e do inciso II que ele propõe incluir no art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a palavra “física”.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2014.

Senadora Ana Rita, Presidenta

Senador Roberto Requião, Relator



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2013**

ASSINAM O PARECER, NA 63ª REUNIÃO, DE 12/11/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**RELATOR:** \_\_\_\_\_

**Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)**

Ana Rita (PT) (PRESIDENTE)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)

**Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)**

Roberto Requião (PMDB) (RELATOR)	1. VAGO
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Lídice da Mata (PSB)	6. VAGO

**Bloco Parlamentar da Minoria(PSDB, DEM, SD)**

Jayme Campos (DEM)	1. Cyro Miranda (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	3. Fleury (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. Mário Couto (PSDB)

**Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)**

Magno Malta (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	2. VAGO
Marcelo Crivella (PRB)	3. VAGO